

Artigo 6.º

O titular de economias depositadas nas Caixas Populares podem exigir, no todo ou parte, a devolução dos seus depósitos.

Artigo 7.º

O Governador do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe é co-responsável com o Director da Direcção das Caixas Populares no que toca à execução de todas as medidas necessárias, inclusive o adequado esclarecimento da população, tendentes à recolha das economias em seu poder e ainda, à correcta aplicação dos fundos disponíveis.

Artigo 8.º

1. Deve o Governador do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe submeter e propor ao Governo as medidas adequadas com vista a:

a) Fazer-se, de forma conveniente, a recolha das economias que se devem traduzir em depósitos nas Caixas Populares;

b) Aplicarem-se tais depósitos em benefício da Economia Nacional, contribuindo para resolução do problema habitacional e a melhoria do nível da vida da população trabalhadora santomense;

c) Elaborarem-se as normas referentes à concessão de empréstimos.

Artigo 9.º

O Governador do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe deve elaborar e submeter ao Governo, no prazo máximo de três meses, após a aprovação do presente Decreto-Lei, o estatuto das Caixas Populares, donde constarão os direitos e obrigações dos depositantes, a organização das Caixas Populares e as principais tarefas e funções que competem às mesmas.

Artigo 10.º

1. A Caixa Económica Postal e a Caixa Económica de S. Tomé, actualmente existentes, devem ser integradas, com as adaptações necessárias, no quadro da organização das Caixas Populares.

2. As Caixas Populares assumirão, com os necessários ajustamentos, os direitos e obrigações das Caixas referidas no número anterior, a partir da data em que tal for homologado pelo Governo.

Artigo 11.º

Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 12 de Agosto de 1980.

O Ministro da Defesa e Segurança Nacional, *Daniel Lima dos Santos Daio*. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, *Joaquim Rafael Branco*. — O Ministro do Plano, *Henrique Pinto da Costa*. — O Ministro da Agricultura, *Arlindo Pereira Bragança Gomes*. — Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Joaquim Rafael Branco*. — Pelo Ministro da Saúde e Desporto, *Maria do Rosário Barros*. — O Ministro das Indústrias, Comércio e Pesca, *Carlos Alberto Menezes Bragança*.

Gomes. — O Ministro do Trabalho e Previdência Social, *Dionísio Tomé Dias*. — O Ministro da Justiça, *Celestino Rocha de Costa*. — O Ministro das Construções, da Habitação, Transportes e Comunicações, *Óscar Aguiar Sacramento e Sousa*. — O Ministro da Informação, *Maria do Rosário Barros*. — O Secretário de Estado de Educação e Cultura, *Joaquim Rafael Branco*. — O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, *Fernando José Paquete da Costa*.

Promulgado em 22 de Agosto de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, MANUEL PINTO DA COSTA.

Decreto n.º 36/80

Convindo estabelecer normas para efeitos de avaliação de trabalhadores nos casos de concursos de ingresso e de promoção;

Nestes termos;

O Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o Regulamento que estabelece normas de avaliação de trabalhadores a nível nacional para efeitos de concurso de ingresso e de promoção que baixa assinado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 2.º Os casos omissos no referido Regulamento serão resolvidos por despacho do mesmo Ministro.

Art. 3.º Este Decreto entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 14 de Agosto de 1980.

O Ministro do Trabalho e Previdência Social, *Dionísio Tomé Dias*.

Promulgado em 22 de Agosto de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, MANUEL PINTO DA COSTA.

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

Princípios gerais e âmbito de aplicação

Artigo 1.º O presente Regulamento versa sobre a norma de avaliação dos trabalhadores com o objectivo de determinar a sua qualificação nos casos de concursos e com as formalidades que se seguem.

Art. 2.º Esta norma será aplicada nas categorias ocupacionais seguintes:

- a) Operários qualificados;
- b) Trabalhadores administrativos;
- c) Técnicos.

Art. 3.º A avaliação dos trabalhadores indicados nas alíneas anteriores será sempre efectuada nos seguintes casos:

- a) Quando seja necessário ocupar lugares vagos por promoção;
- b) Quando se trate de ocupar lugar vago para ingresso;
- c) Para definir casos de ineficiência ou baixo rendimento de um trabalhador, revelados pelo empregador ou qualquer entidade.

Art. 4.º Todo lugar vago ou a vagar será preenchido mediante o requisito prévio da avaliação, segundo o estabelecido no artigo 3.º do presente Regulamento ou no Regulamento do Centro Nacional de Emprego.

CAPÍTULO II

Conteúdo da avaliação

Art. 5.º O sistema de avaliação compreenderá os conhecimentos teórico e prático do trabalhador com relação ao lugar a que diz respeito.

Art. 6.º — 1. Entende-se por conhecimento teórico os níveis tecnológicos específicos e básicos exigidos para cada posto de trabalho.

2. Entende-se por conhecimento prático o que se refere a perícia e destreza no cumprimento das tarefas dos respectivos postos de trabalho.

Art. 7.º A avaliação de provas teóricas e práticas serão realizadas separadamente.

CAPÍTULO III

Das comissões de avaliação

Art. 8.º A avaliação dos trabalhadores será feita pela Comissão de Avaliação que será constituída nos centros de trabalho, de comum acordo entre Sindicato e Organismos correspondentes.

Art. 9.º As Comissões de Avaliação serão compostas por:

- a) O Chefe do sector a que diz respeito a avaliação ou quem o mesmo para tal delegar, que presidirá;
- b) Um trabalhador seleccionado pelo Sindicato;
- c) Um técnico, operário ou trabalhador administrativo qualificado da especialidade do Centro de Trabalho de avaliação, eleito em Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

Do procedimento perante as comissões de avaliação

Art. 10.º Todos os casos relacionados com a avaliação no artigo 3.º do presente Regulamento, serão de competência da Comissão de Avaliação.

Art. 11.º As Comissões de Avaliação elaborarão a acta de sua sessão e enviarão cópia dela ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, Sindicato e ao Empregador.

Art. 12.º As Comissões de Avaliação funcionarão no respectivo centro de trabalho e deverão ser formadas sempre que sejam necessárias para praticar uma avaliação, em conformidade com o disposto no artigo 3.º do presente Regulamento.

Art. 13.º O Presidente da Comissão deverá convocar as reuniões, fazer as convocatórias para a avaliação e elaborar os competentes expedientes.

Art. 14.º As provas a que serão submetidos os trabalhadores serão elaboradas pela Comissão de Avaliação, de acordo com os métodos que serão efectuados para cada posto de trabalho pelo Organismo correspondente e o Sindicato.

Art. 15.º Para que um trabalhador se considere aprovado numa avaliação, o mesmo deverá obter 70 % da pontuação máxima em cada uma das provas teóricas e práticas.

Art. 16.º A Comissão determinará em cada avaliação o procedimento para a realização prática da mesma, elaborando uma ou mais provas para que sejam escolhidas, estabelecendo a duração destas e os lugares e horas para as realizar.

Art. 17.º De conformidade com as regras estabelecidas no artigo 15.º, a Comissão de Avaliação aprovará ou não as provas, aplicando a pontuação que couber a cada examinando.

Art. 18.º Se dois ou mais trabalhadores ficarem aprovados com a mesma pontuação para o mesmo lugar, terá direito preferente aquele que melhores condições tiver sobre o seguinte:

- a) Atitude perante o trabalho;
- b) Processo laboral individual.

§ Único. Continuando a igualdade de condições, seguir-se-á o critério de antiguidade.

Art. 19.º — 1. Se o trabalhador estiver a ocupar um posto de trabalho e que tiver sido avaliado for reprovado, a Comissão fixar-lhe-á um prazo de seis meses para que adquira os conhecimentos necessários para o lugar em causa.

2. Não obstante o anterior, a avaliação poderá efectuar-se no prazo inferior a seis meses, se o trabalhador assim o desejar.

3. Passado o período concedido pela Comissão de avaliação para o referido trabalhador melhorar-se profissionalmente, o mesmo será avaliado; se for reprovado, o empregador poderá transferi-lo para outro posto de trabalho, de acordo com os seus conhecimentos, ainda que isso lhe custe a baixa na categoria.

Art. 20.º O trabalhador que ficar reprovado no concurso de promoção, ficará inibido de concorrer para cargo superior por período de dois anos.

Art. 21.º As Comissões de Avaliação deverão comunicar o resultado das provas ao empregador, remetendo-lhe cópias suficientes para que possa dar conhecimento aos interessados, para o arquivo, uma cópia para o processo individual do trabalhador e outro para a publicação.

CAPÍTULO V

Do procedimento para ocupar vagas

Art. 22.º Os trabalhadores que forem aprovados pela Comissão de Avaliação para desempenhar determinados lugares e não poderem ocupá-los por ser superior o número de trabalhadores aprovados em relação aos lugares vagos, manterão os lugares obtidos na classificação, de acordo com o estabelecido no artigo 18.º deste Regulamento.

§ Único. A validade de avaliação é de dois anos.

Art. 23.º Qualquer que seja o tipo de promoção ou ingresso, deve ser feito com carácter provisório pelo período de três meses durante os quais o agente promovido ou ingressado terá na prática que demonstrar sua aptidão para o exercício de novo cargo com salário dos lugares ocupados.

Art. 24.º Caso o candidato não se adapte ao lugar, ser-lhe-á concedido um prazo de três meses para o efeito, findo o qual, não se verificando a aptidão requerida, o trabalhador em causa regressará à sua antiga categoria ou será dispensado, conforme se tratar de promoção ou ingresso, respectivamente.

CAPÍTULO VI

Disposições transitórias

Art. 25.º Enquanto não for instituído o Sindicato, as atribuições cometidas ao mesmo pelo presente diploma serão executadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 26.º Nenhum trabalhador deverá ser submetido ao concurso de promoção sem que possua no mínimo três anos na categoria. X

Art. 27.º Os resultados das provas de avaliação deverão ser homologados pelo Departamento específico do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Art. 28.º As nomeações para cargos em comissão de serviço não são abrangidas pelo disposto no presente diploma.

Art. 29.º O empregador que infringir ao estatuído no presente regulamento será sancionado com a multa de Db 5000 a 10 000.

Art. 30.º Os casos omissos serão resolvidos por despacho do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 31.º São revogadas todas as disposições que contrariem o estatuído no presente diploma.

O Ministro do Trabalho e Previdência Social, *Dionísio Tomé Dias*.

Decreto n.º 37/80

A fim de se criar o meio financeiro que permita ocorrer à satisfação de determinados encargos não previstos no Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1980, torna-se necessário proceder à abertura de um crédito especial de Db 1 500 000,00;

Existindo na tabela de despesa ordinária disponibilidades que podem ser utilizadas como contrapartida e, de harmonia com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 70/79, de 31 de Dezembro;

Nestes termos;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 48.º da Constituição, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, pelo Ministro do Plano, decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto, em adicional à tabela de despesa ordinária do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1980, um crédito especial de Db 1 500 000,00, destinado à satisfação dos seguintes encargos:

CAPÍTULO II

Ministério do Plano

Direcção de Estatística

Diversos encargos:

Artigo 42.º — A) Encargos com o projecto de Recenseamento para 1980 Db 1 500 000,00

Art. 2.º Para contrapartida do referido crédito, é utilizada a quantia que se indica, proveniente de disponibilidades da seguinte verba da tabela de despesa ordinária do Orçamento para o ano económico em curso.

CAPÍTULO II

Ministério do Plano

Direcção de Estatística

Despesa com o pessoal:

Artigo 36.º Remunerações ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros:

a) Vencimentos — Db 1 500 000,00

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 12 de Agosto de 1980.

O Ministro do Plano, *Henrique Pinto da Costa*.

Promulgado em 22 de Agosto de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, *MANUEL PINTO DA COSTA*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DESPORTO

Gabinete do Ministro

DESPACHO

Ausentando-me hoje, para República de Cuba, em missão oficial de serviço, designo a senhora Dr.ª Julieta da Graça Pinto do Espírito Santo, Médico-Inspector da Direc-